



Responsabilidade Civil

Extracontratual

Condição Especiais para Titulares
de Órgãos do Estado e Entidades
Públicas

Estas Condições Especiais são adicionais às Condições Gerais de Hiscox Negócios.

Leia por favor ambos os documentos com a máxima atenção.

Este contrato de seguro garante a responsabilidade civil extracontratual por danos decorrentes do exercício da função administrativa imputável aos titulares de órgãos do Estado e demais Entidades Públicas, conforme o previsto no art. 8.º do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, anexo à Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro.

Aplicam-se a esta secção de cobertura as condições e disposições gerais e as condições especiais seguidamente descritas.

Definições especiais para esta secção

Ato Prejudicial

Qualquer ato ou omissão ilícitos, praticado por um **Segurado** com diligência e zelo manifestamente inferiores àqueles a que se encontrava obrigado em razão do cargo no exclusivo exercício das suas funções como membro ou titular de órgãos da **Entidade** e por causa desse exercício.

Incluí qualquer outro ato, erro ou omissão, pelo qual um **Segurado** seja solidariamente responsável, emergente da sua qualidade de membro ou titular de órgãos da **Entidade**.

Custos de Caução

Custos incorridos pelo **Segurado**, com o **nosso** consentimento prévio, por escrito, necessários à prestação de uma caução ou outro instrumento financeiro exigido legalmente, que tenha por finalidade garantir a responsabilidade civil do **Segurado**, emergentes de uma **reclamação**.

Custos de Defesa

Honorários, custos e demais despesas razoáveis e necessárias, incorridos pelo **Segurado** com o **nosso** consentimento prévio, por escrito, para investigar, regularizar ou se defender de qualquer **reclamação**, ou para interpor um recurso (incluindo qualquer quantia paga a título de caução no âmbito de um recurso, ou outro instrumento equivalente) de qualquer sentença, decisão ou outro título, com origem em qualquer **reclamação**.

Entidade

O Estado ou a Pessoa Coletiva de Direito Público identificada nas **Condições Particulares**, na qual o **Segurado** exerce as funções de membro ou titular de órgãos.

Prejuízos

O montante pelo qual qualquer **Segurado** se torne civilmente responsável e seja legalmente obrigado a pagar, em consequência de uma **reclamação**, incluindo as indemnizações por danos na sequência de uma sentença judicial ou arbitral transitada em julgado ou que resulte de acordo celebrado com o **nosso** consentimento prévio, por escrito.

Não serão considerados prejuízos para efeitos da presente **Apólice** quaisquer coimas, multas ou penalizações civis, administrativas, criminais, processuais ou contratuais, impostos, taxas e quaisquer juros moratórios, bem como quaisquer remunerações ou benefícios remuneratórios do próprio **Segurado**. Ficam ainda excluídas as indemnizações ou sanções fixadas a título de natureza punitiva, sancionatória ou compulsória ou quaisquer múltiplos ou frações das mesmas.

Reclamação

Qualquer comunicação ou pedido por escrito, ou qualquer notificação, procedimento ou ação civil e judicial, realizada pela primeira vez contra um **Segurado** durante o **período do seguro**, com a finalidade de obter uma indemnização patrimonial ou outra compensação por **prejuízos** decorrentes de um **ato prejudicial**.

Retroatividade

A data a partir da qual ficam garantidos os **atos prejudiciais** geradores de responsabilidade e cobertos ao abrigo desta **Apólice**, correspondente para cada **Segurado** à data indicada nas **Condições Particulares**.

Segurado

A pessoa individual que é, durante o **período do seguro**, membro ou titular de órgãos da **Entidade**, legalmente nomeada e registada para o exercício dessas funções e que não esteja suspensa ou de outra forma inibida ao exercício de funções.

O que está coberto**Reclamações contra um
Segurado**

Se durante o **período de seguro** e como resultado do exercício das suas funções dentro dos “Limites territoriais” da **Apólice**, qualquer entidade realizar pela primeira vez uma **reclamação** contra um **Segurado**:

1. Este contrato de seguro terá por objeto a garantia da responsabilidade civil extracontratual imputável ao **Segurado** por danos decorrentes de um **ato prejudicial**, nos termos previstos no art. 8.º do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, anexo à Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro.
2. Este contrato de seguro garantirá o pagamento dos **prejuízos** que, nos termos estabelecidos no ponto anterior, sejam devidos pelo **Segurado** por danos causados a terceiros em virtude de ações ou omissões ilícitas cometidas no exercício das suas funções e por causa deste exercício, com diligência e zelo manifestamente inferiores àqueles a que se encontrava obrigado em razão do cargo, até ao limite de indemnização fixado nas **Condições Particulares** desta **Apólice**.

**Custos de defesa e Custos
de caução**

Nós pagaremos, por conta de qualquer **Segurado**, os **custos de defesa** e/ou os **custos de caução** emergentes de uma **reclamação** coberta ao abrigo desta secção de cobertura da **Apólice**.

O limite máximo que pagaremos por esta cobertura é de €50.000,00 por **período de seguro**. Este limite é adicional ao limite de indemnização indicado nas **Condições Particulares** para esta secção de cobertura.

**O que não está
coberto**Circunstâncias conhecidas ou
Reclamações anteriores

Não ficam garantidos por esta **Apólice** os pagamentos por qualquer **reclamação** ou **prejuízos**, incluindo **custos de defesa** e/ou **custos de caução**, que sejam direta ou indiretamente:

Litígios prévios

1. Baseados em, atribuíveis a ou emergentes de qualquer **reclamação** ou circunstâncias anteriores ao início do **período do seguro** e das quais o **Segurado** já tivesse conhecimento ou já tenha sido notificado à data de contratação desta **Apólice** ou que tenham sido participados a qualquer seguro em vigor ou terminado antes dessa data, incluindo alegações futuras com fundamento nos mesmos factos ou circunstâncias conhecidas.

Outros atos

2. Baseados em, atribuíveis a ou emergentes de qualquer litígio prévio ou pendente, assim como ações ou procedimentos judiciais ou investigações oficiais pendentes à data da contratação desta **Apólice** (incluindo alegações com fundamento nos mesmos factos ou em factos semelhantes), envolvendo o **Segurado** e iniciados anteriormente à “Data de Continuidade” indicada nas **Condições Particulares** para processos de litígio anterior e pendente.

Atos dolosos

3. Baseadas em ou resultantes de responsabilidades não seguráveis por lei, nomeadamente a criminal e disciplinar, ou em atos que não correspondam à violação pelo **Segurado** de deveres inerentes ao exercício de funções de membro ou titular de órgãos.

4. Baseados em, emergentes de ou resultantes da responsabilidade civil do **Segurado** por:

- a. ato ou omissão desonestos, fraudulentos ou maliciosos, ou violação intencional ou dolosa de qualquer norma legal ou estatutária, praticados pelo **Segurado** ou por pessoas por quem este seja civilmente responsável; ou
- b. ato praticado com intenção de assegurar, ou que efetivamente assegure, lucro ou benefícios pessoais, ao qual o **Segurado** não tivesse legalmente direito; ou
- c. ato praticado com intenção de assegurar, ou que efetivamente assegure, lucros ou benefícios para qualquer outra entidade onde o **Segurado** exerça simultaneamente as funções de membro ou titular de órgão;

desde que o referido em a. b. ou c. acima seja determinado após sentença de condenação transitada em julgado ou outra decisão definitiva, ou quando haja uma confissão pelo **Segurado** de que o ato efetivamente ocorreu.

Lesões corporais e danos materiais

5. Emergentes de ou resultantes da responsabilidade civil do **Segurado** por quaisquer danos decorrentes de lesões corporais ou danos materiais que lhe sejam imputáveis, exceto se forem consequência direta da violação pelo **Segurado** do dever de zelo e de cuidado no exclusivo exercício das suas funções, mas ficando sempre excluídos a perda, dano ou destruição de quaisquer títulos ao portador, cupões, certificados de ações, selos, dinheiro ou outros valores negociáveis.
6. Emergentes de ou resultantes da responsabilidade civil do **Segurado** por danos causados sob a influência de álcool, estupefacientes ou outras drogas ou produtos tóxicos, ou em estado de perturbação mental.
7. Baseados em ou emergentes da responsabilidade imputável ao **Segurado** por danos causados a empregados, assalariados ou mandatários da **Entidade**, incluindo danos resultantes de acidente enquadrável na legislação sobre Acidentes de Trabalho e/ou danos relacionados com qualquer forma de discriminação, assédio ou tratamento injusto no trabalho.
8. Emergentes de ou resultantes da responsabilidade civil do **Segurado** por danos causados a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato de seguro, bem como aos seus cônjuges, ascendentes e descendentes ou a pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo.
9. Baseados em, emergentes de ou resultantes da responsabilidade civil do **Segurado** por prejuízos emergentes ou relacionados, direta ou indiretamente, com Poluição acidental ou gradual, e por danos causados ao meio ambiente, nos termos previstos na legislação específica que define o regime legal aplicável à responsabilidade ambiental.
10. Baseados em, emergentes de ou resultantes da responsabilidade civil do **Segurado** por atos ou omissões cometidos no exercício das suas funções e relacionados com a prestação de, ou aconselhamento sobre, serviços ou produtos financeiros ou de investimento a terceiros.
11. Baseados em ou emergentes de qualquer **reclamação** efetuada por qualquer entidade com interesse financeiro, poder executivo ou de controlo sobre o **Segurado**, ou ainda por qualquer entidade em que o **Segurado** detenha qualquer participação ou interesse financeiro, executivo ou de controlo. Esta exclusão não se aplica a qualquer **reclamação** fundada na responsabilidade civil do **Segurado** por danos causados a um terceiro independente, emergente do exclusivo exercício das suas funções.

Reclamações noutras jurisdições

12. Baseados em ou emergentes de qualquer **reclamação** efetuada, incluindo arbitragem iniciada, fora dos países definidos nas **Condições Particulares** em “Jurisdição aplicável”.

Esta exclusão aplica-se ainda a procedimentos intentados em “Jurisdição aplicável”, mas tendo em vista executar, ou que tenham por fundamento uma sentença ou título proveniente de jurisdição distinta do âmbito da “Jurisdição aplicável”.

Disposições especiais para esta secção

Disposições específicas

As definições, disposições e as condições para a reclamação de sinistros, definidas nas Condições Gerais, aplicam-se na íntegra aos **Segurados**.

Fica acordado que o **Tomador do seguro**, quando diferente do **Segurado**, concorda atuar por conta de todos os **Segurados** no que respeita ao pagamento dos prémios de seguro e às comunicações obrigatórias entre as partes.

Informação disponibilizada por um **Segurado**

Toda a informação que qualquer **Segurado nos** facultou, antes de **nós** aceitarmos este seguro, será considerada separadamente para cada **Segurado**. Qualquer informação facultada por um **Segurado** não será imputada a um outro **Segurado**, na determinação da existência de cobertura disponível para qualquer **reclamação** contra esse outro **Segurado**.

Extensão automática do período de reclamação

O **Segurado** terá sempre direito a um período adicional de reclamação de 365 dias após a data termo da **Apólice**, para **atos prejudiciais** cometidos ou alegadamente cometidos durante o **período do seguro**, desde que este contrato de seguro não seja substituído ou sucedido por qualquer outro contrato de seguro que garanta a mesma responsabilidade civil.

O limite de indemnização para esta extensão automática do período de reclamação é parte integrante, e não adicional, ao limite de indemnização indicado nas **Condições Particulares** para cada **Segurado**.

Período adicional para **Segurados** cessantes

Para o **Segurado** que antes do termo do **período do seguro** cesse as suas funções de membro ou titular de órgãos da **Entidade**, será concedido automaticamente e sem cobrança de prémio adicional, um período adicional de reclamação de 12 meses, exceto se:

1. As **reclamações** apresentadas tenham origem num **ato prejudicial** praticado ou alegadamente praticado, após a data efetiva de cessação de funções do **Segurado**;
2. A **Apólice** tenha sido cancelada por motivos de não pagamento do prémio.

O limite de indemnização para este período adicional de reclamação é parte integrante, e não adicional, ao limite de indemnização total indicado nas **Condições Particulares** para cada **Segurado**.

Quanto é que nós pagaremos

O máximo que **nós** pagaremos pelo total de todas as **reclamações** é o limite máximo de indemnização indicado nas **Condições Particulares** para cada **Segurado**, independentemente do número de **reclamações** efetuado, exceto quando indicados outros limites de indemnização para coberturas específicas.

Nós pagaremos ainda os **custos de defesa** e/ou **custos de caução** até ao limite indicado nas **Condições Particulares**.

O **Segurado** tem de pagar a **franquia** aplicável indicada nas **Condições Particulares**. Para consideração da **franquia** apenas concorrem as **reclamações** ou parte de qualquer **reclamação** coberta por esta **Apólice**.

Cada **reclamação** será considerada como feita pela primeira vez ao abrigo desta **Apólice**, quando **nós** recebermos a notificação formal da primeira **reclamação** realizada contra o **Segurado**. Quaisquer **reclamações** ou **prejuízos** que sejam emergentes do mesmo facto ou **ato prejudicial**, serão considerados como se de uma única **reclamação** se tratasse, incluindo as **reclamações** realizadas após o termo do **período do seguro**.

Em qualquer fase de uma **reclamação**, **nós** podemos pagar o limite de indemnização aplicável ou o remanescente após pagamentos anteriores, incluindo os **custos de defesa** já incorridos pelo **Segurado** à data desse pagamento. Após esgotado o limite de indemnização, **nós** não teremos qualquer responsabilidade futura nessa ou noutras **reclamações** e respetivos **custos de defesa** e/ou **custos de caução**.

Obrigações do Segurado

Notificação

1. Sujeito aos termos e condições previstos nas Condições Gerais sob a secção “Condições Gerais para a reclamação de sinistros”, o **Segurado** obriga-se a comunicar-**nos** por escrito as seguintes circunstâncias no mais curto espaço de tempo, no máximo até 30 dias após o termo do **período do seguro** ou da extensão automática do período de reclamação ou do período adicional para **Segurados** cessantes:
 - a. Da primeira vez que tomou conhecimento de um **ato prejudicial** que possa originar uma **reclamação**. Se **nós** aceitarmos a notificação do **Segurado**, **nós** trataremos qualquer **reclamação** subsequente como já tendo sido notificada ao abrigo desta **Apólice**;
 - b. De qualquer **reclamação** ou ameaça de **reclamação** contra o **Segurado**;
 - c. Da abertura de qualquer processo de contraordenação ou infração instaurados contra o **Segurado** ou contra a **Entidade**, ou quaisquer investigações iniciadas por organismos fiscalizadores ou reguladores;
 - d. Do começo de quaisquer procedimentos tendentes à destituição ou desqualificação de um **Segurado** das suas funções;
 - e. De qualquer ameaça para interpor ações contra um **Segurado** por violação de qualquer legislação.

Responsabilidade Civil Extracontratual de Titulares de Órgãos do Estado e Entidades Públicas

Condições Especiais

2. O **Segurado** pode notificar-nos de qualquer circunstância que possa razoavelmente esperar que dê origem a uma **reclamação**, indicando as razões que levaram a essa expectativa, incluindo detalhes completos no que respeita a datas e pessoas envolvidas.
 3. Se qualquer **Segurado**, antes do início do **período do seguro**, tinha conhecimento de qualquer erro ou omissão na informação que **nos** concedeu e na qual **nos** baseámos para aceitar segurar o mesmo, esse **Segurado** deixará de ter cobertura ao abrigo desta **Apólice**.
 4. **Nós** não efetuaremos qualquer pagamento ao abrigo desta **Apólice** se, quando lidar com um terceiro, o **Segurado** admitir qualquer responsabilidade por um incidente ou tiver celebrado qualquer oferta, acordo ou pagamento, sem ter o **nosso** acordo prévio, por escrito. O **Segurado** não pode ainda, revelar o limite de indemnização disponível ao abrigo desta **Apólice**, exceto se tiver sido obrigado a facultar essa informação na negociação de um contrato ou se tiver a **nostra** autorização prévia, por escrito.
- Agravamento do risco
5. De acordo com o exposto nas Condições Gerais desta **Apólice** sob a secção “Alteração do Risco”, o **Segurado** tem o dever de **nos** informar da verificação das seguintes circunstâncias:
 - a. Conhecimento da abertura ou notificação a um **Segurado** ou à **Entidade** de quaisquer processos judiciais, referentes à violação de qualquer legislação ou normal legal que possam implicar a aplicação de sanções de natureza punitiva ou a interdição de exercício de funções.

Controle de defesa e pagamento de uma reclamação

O **Segurado** deve fornecer-nos a informação necessária e prestar-nos a colaboração que possamos razoavelmente requerer e tomar todas as medidas necessárias de modo a defender qualquer **reclamação**, com o **nosso** conhecimento e aprovação prévios, por escrito. O **Segurado** não deve tomar qualquer medida que possa prejudicar a **nostra** posição.

O **Segurado** pode, desde que com o **nosso** consentimento prévio, por escrito, nomear um seu representante legal. Quando a **reclamação** for feita contra mais do que um **Segurado** por um terceiro, deve ser utilizado o mesmo representante legal, exceto se houver um conflito de interesses entre esses **Segurados**.

Se não for possível obter o **nosso** consentimento prévio, antes do **Segurado** incorrer em **custos de defesa** e/ou **custos de caução**, daremos consentimento retroativo a esses custos, desde que tal seja solicitado e concedido no prazo de 14 dias, a partir da data em que se incorreu nesses custos pela primeira vez e desde que cobertos ao abrigo desta **Apólice**.

Nós temos o direito de participar integralmente na defesa de qualquer **reclamação**, incluindo a condução da defesa ou a negociação de qualquer pagamento, devendo nesse caso o **Segurado** praticar todos os atos necessários para o efeito.

Em caso de desacordo com o **Segurado** quanto ao prosseguimento da defesa de uma **reclamação**, reservamo-nos no direito de pagar a totalidade dos valores reclamados pelos terceiros lesados e declinaremos qualquer responsabilidade em pagamentos futuros e respetivos **custos de defesa** e/ou **custos de caução**.

Nós pagaremos os **custos de defesa** cobertos por esta **Apólice** à medida que os mesmos forem incorridos, antes da resolução final de qualquer **reclamação**. O **Segurado** deve reembolsar-nos de quaisquer **custos de defesa** e/ou **custos de caução** pagos por **nós**, quando seja decidido que estes não são devidos ao abrigo desta **Apólice**.

Se for feita uma **reclamação** que não esteja integralmente coberta pelas condições desta **Apólice** e/ou for feita contra um **Segurado** e simultaneamente contra qualquer outra pessoa que não seja um **Segurado** para efeitos desta **Apólice**, **nós** e o **Segurado** devemos enviar esforços para acordar uma distribuição justa entre **prejuízos** cobertos e não cobertos por este contrato.